

ANTONIO CARLOS BELLINI JÚNIOR

Advogado com vasta experiência em Consultoria e Direito Empresarial -
Especialista em Direito Processual Civil pela PUC Campinas/SP -
Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Associação dos Advogados
Criminalistas - Membro da Comissão de Meio Ambiente da Seccional
Paulista da OAB.

**A Inversão do Ônus da Prova no Código de Defesa do
Consumidor**

Servanda Editora

Campinas/SP
2006

**347.94(81)
B444i**



Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca Central da Unicamp

B417i

Bellini Júnior, Antônio Carlos.

A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor/Antônio Carlos Bellini Júnior. Campinas, SP: Servanda Editora, 2006. 128 p.

1. Defesa do consumidor - Legislação - Brasil I. Título

CDD 343.81071

Índice para catálogo sistemático

1. Defesa do consumidor- Legislação- Brasil 343.81071

347.94(81)
B444i



SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I	
A Prova	15
1.1 Conceito	15
1.2 O juízo de verossimilhança	17
1.3 O que não precisa ser objeto de prova	19
1.3.1 Dos fatos notórios	20
1.3.2 Dos fatos afirmados por uma parte e confessados pela outra e dos fatos admitidos como incontroversos	22
1.3.3 Presunção legal de existência ou veracidade	26
Capítulo II	
O Ônus da Prova	29
2.1. Ônus da prova	29
2.1.2 A divisão da responsabilidade probatória no Código de Processo Civil	34
2.2.1 Ônus do autor	37
2.2.2 Ônus do réu	39
2.3 Da liberdade do magistrado dentro da produção probatória	40
Capítulo III	
O Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor	49
3.1 A prevalência das regras de ônus probatório do Código de Processo Civil	49
3.2 As regras de ônus probatório do Código de Defesa do Consumidor	51
3.2.1. A inversão do ônus da prova	52
3.2.2. A regra do art. 38 do Código de Defesa do Consumidor	53
Capítulo IV	
A Inversão do Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor	57
4.1 Da evolução da sociedade de consumo ao Código de Defesa do Consumidor	57
4.2 Quem é consumidor	61
4.2.1 Consumidor em sentido estrito	63
4.2.2 Consumidor por equiparação	65
4.3 A inversão do ônus da prova	69
4.3.1 O instituto	69

347.94(81)
B444i



4.3.2 Requisitos para a inversão do ônus	79
4.3.2.1 O hipossuficiente	82
4.3.2.2. Da verossimilhança da alegação	86
4.4 O magistrado diante da inversão do ônus da prova	89
4.4.1 O dever de fundamentar a decisão	89
4.4.2 A inversão de ofício	91
4.4.3 A discricionariedade do juiz na decisão	92
Capítulo V	
O Momento da Inversão do Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor	95
5.1 Momento para inversão do ônus da prova do Código de Defesa do Consumidor	95
5.2 No despacho inicial	96
5.3 Na sentença	98
5.4 No saneador	104
5.5 Nossa opinião sobre o momento da inversão	114
Referências bibliográficas	119

